

Miséria da academia

(uma crítica à academia da miséria)

Paulo Roberto de Almeida

1. Uma descoberta científica

Vamos começar por generalidades “sociológicas”. O capitalismo é um sistema histórico complexo – sujeito, portanto, a distintas trajetórias evolutivas – de produção e de distribuição de mercadorias, guiado, sobretudo, pela força dos mercados – com alguma ajuda estatal, aqui e ali –, cujos agentes são dominados pela idéia obsessiva do lucro. Trata-se de um sistema impessoal – ou seja, não controlado centralmente, pelo menos não no âmbito de suas manifestações “típico-ideais” – e que adquire peculiaridades nacionais próprias às manifestações concretas em diferentes formações sociais. Como sistema impessoal, ele não tem nenhuma força moral ou ética, a não ser seus próprios valores materiais, que são os da acumulação de capital, da concentração de recursos e da acumulação de patrimônio, da multiplicação praticamente indefinida de oportunidades de ganhos (alguns deles ilícitos), bastando que os retornos esperados sejam maximizados para os detentores de sua personificação essencial: o capital.

Nesse processo, ele produz desigualdades, injustiças, má distribuição de renda, desgaste do meio ambiente e outros efeitos negativos no plano do bem-estar, uma vez que sua força motora é a exploração do trabalho humano e dos recursos naturais. Em sua ascensão material e cultural, ao longo do processo histórico – que levou, a partir do século XV, à dominação mundial de nações e territórios em vários continentes pelas sociedades emergentes da Europa ocidental (e alguns de seus derivativos na América do Norte e em outras regiões) –, o sistema capitalista atravessou várias fases, desde o mercantilismo míope que sucedeu às grandes descobertas, até o imperialismo triunfante dos séculos XIX e XX, passando por diversos colonialismos escravocratas no intervalo. Em suas manifestações mais exacerbadas, ele produziu hecatombes em quantidade “industrial”, devastação de sociedades inteiras, guerras de conquista e de superposição hegemônica e, até, algumas catástrofes mundiais. Sua “religião” sempre foi a do dinheiro e a sua filosofia é a do egoísmo individual.

Voilà! Pronto: acho que está adequado para começar. Os parágrafos acima correspondem efetivamente ao que penso a respeito do capitalismo, embora isso não seja tudo o que eu tenha a dizer sobre ele, obviamente. Mas eles podem, talvez, servir como uma espécie de introdução ao que tenho a dizer, no seguimento deste ensaio, sobre o que eu considero ser a atual “miséria da academia”, para que ninguém depois me venha acusar, equivocadamente ou de má fé, de fazer a apologia do capitalismo, de ser um defensor do império ou um promotor do neoliberalismo.

Ideólogos de plantão até tentam: me acusam de estar a serviço de não se sabe quais forças capitalistas, de trabalhar em favor do imperialismo, de manter uma inaceitável inclinação anti-socialista, enfim, de atacar algumas das fantasmagorias que ainda mobilizam certas mentes emboloradas, numa exasperação típica dos que não possuem argumentos racionais a oferecer, apenas teorias conspiratórias, de modo tão risível quanto patético. Quando impropérios focados em pessoas substituem análises objetivas de problemas reais é porque faltam evidências e sobram apenas exasperação e desespero. O mecanicismo capcioso daqueles que, de forma intolerante, pensam unicamente em termos de classe, revela posições políticas que só conseguem “explicar”

posições adversas como o resultado exclusivo da condição profissional ou da origem social, não de uma legítima produção de idéias. Idéias que não precisam pertencer a algum grupo político particular ou movimento ideológico específico. Esse tipo de atitude remete diretamente aos tempos do stalinismo, ou da revolução cultural maoísta, quando a origem de classe do “acusado” determinava seu destino na máquina de moer carne do totalitarismo (aliás, se isso fosse verdade, minhas “origens populares” me colocariam em posição privilegiada em face de supostos contendores).

Não pertenço a igrejas, clãs, seitas ou grupos de qualquer espécie, sobretudo de cunho político-sectário, por vezes encontráveis entre ideólogos da academia. Não possuo subordinação mental ou material a qualquer ideologia ou grupo de interesse, a não ser uma adesão voluntária à racionalidade do pensamento, pura e simples, ao livre-arbítrio, à força do argumento – e não ao argumento da força –, assim como não me submeto a qualquer força social ou estatal que signifique coerção indevida de minha independência de julgamento. Creio que agora deveria ficar claro; ponto.

2. Metafísica da academia

Dito isto, vamos ao que interessa: à academia, ou melhor, à sua miséria atual. Caberia registrar, antes de começar, que a academia brasileira, aos olhos dos cidadãos brasileiros, passa por ser um centro de saber e de reflexão, dedicada integralmente à elevação espiritual do conhecimento e ao progresso material da sociedade brasileira. Aos olhos dos acadêmicos, a sociedade brasileira deveria aceitar essas profissões de fé como postulados – ou como axiomas, poderia dizer um acadêmico – e financiar a academia a fundo perdido, sem outros questionamentos do que o bom uso do dinheiro público e um ou outro resultado ocasionalmente. Na qualidade de, em primeiro lugar, cidadão brasileiro – contribuinte ao fisco, cumpridor de meus deveres políticos – e de, em segundo lugar, acadêmico, em tempo parcial, permito-me discordar do argumento, no entendimento de que nem a academia cumpre com sua suposta função social, nem o comum dos cidadãos tem idéia, realmente, do que se passa ali dentro.

Ela deveria ser, idealmente, um centro formador de recursos humanos, fazer pesquisas para levar adiante o estado da arte nas suas áreas de concentração e praticar extensão, isto é, cumprir outras funções de consultoria especializada e de realização de projetos que possam ser úteis a todos aqueles que a financiam nessas atividades, ou seja, a coletividade, que nada mais é do que o conjunto dos cidadãos. Digamos que ela cumpre, pelo menos parcialmente, essas funções e que, de fato, a maioria dos acadêmicos se devota, com dedicação variada, a essas nobres atividades. Toda academia faz isto, ou deveria fazer, e a brasileira não deveria ser exceção.

Existem, contudo, algumas particularidades, ou peculiaridades, da formação social brasileira que justificam o texto que estou agora compondo, uma crítica a certas manifestações da academia, ou melhor, a alguns tipos de comportamento de certos acadêmicos. Frequentador que sou de academias há muito tempo, no Brasil e no exterior, sei do que estou falando e me sinto inteiramente à vontade para adentrar nesse terreno pantanoso, quanto dotado de independência de espírito suficiente para colocar o dedo na ferida de certas mazelas que ali ocorrem de maneira regular e recorrente. Alerto, desde o início, que não pretendo referir-me à academia, como um todo, ou ao “acadêmico” genérico, pesquisador, professor ou simples “dispensador” de conhecimentos especializados; mas a um tipo particular de acadêmico, envolvido, como eu, em certas “polêmicas” de natureza política ou social.

Quero referir-me, em especial, a certos acadêmicos de ciências humanas, que pretendem deter a “chave do progresso”, a alavanca do conhecimento histórico, que permitiria a seus supostos detentores falar em nome da “verdade”, pelo menos das verdades que eles reputam inquestionáveis. Pessoas, por exemplo, que são capazes de afirmar que o seu trabalho acadêmico está dirigido à formulação de um “conteúdo marcadamente político para questionar as idéias hegemônicas, ou seja, contra os grupos e classes dominantes locais ou internacionais que se locupletam com todas as formas de hierarquia social, cultural, política e econômica”. São estas as pessoas que pretendem deter a posse exclusiva de um *espaço acadêmico*, que para elas está definido “como um espaço acadêmico alternativo de política cultural e debate em favor da resistência contra-hegemônica e de proposição de uma nova hegemonia que represente e agregue politicamente as concepções anticapitalistas e democrático-populares”. Acho que já está bastante claro de que tipo de pessoa estou falando.

Por isso mesmo, não preciso me estender em demasia na descrição do tipo particular de acadêmico que tenho em mente, pois todos aqueles que freqüentam certo *espaço acadêmico – stricto et lato sensu* – sabem bem a quem me refiro. Trata-se do especialista em (ou supostamente devotado às) humanidades, passavelmente comprometido com valores e princípios iluministas e que moureja, nas difíceis condições que são as de quase todos os acadêmicos brasileiros, nas tarefas de docência e pesquisa com salários irrisórios e baixo reconhecimento público (como, aliás, todos os professores, de todos os níveis, do setor público ou privado). Dentro dessa vasta categoria, existe, porém, uma subespécie específica, que é constituída por aqueles “trabalhadores do ensino” que se crêem a própria encarnação do sentido da história (com “h” minúsculo). São os auto-proclamados “intelectuais orgânicos” (não, não tem nada a ver com os alimentos da mesma classificação; esta aqui remete a Gramsci, mas isto eu não preciso explicar, não é mesmo?).

Pois bem, acadêmicos em geral, vocês vão me dar licença, mas eu não desejo e não pretendo tratar da espécie como um todo, mas apenas desta categoria específica, cujos representantes sabem exatamente de quem estou falando. Então, sem maiores delongas: arregaçar as mangas e aqui vamos nós.

3. Desconhecimento da história?

Todos já ouviram falar, pelo menos espero, dos *Holocaust deniers*, isto é, dos militantes políticos de orientação declaradamente fascista (ou diretamente nazista), por vezes pessoas de formação “superior” – entre eles alguns historiadores de sinistra reputação – que recusam não apenas as evidências documentais e materiais sobre o extermínio dos judeus (e de ciganos e outras categorias “desprezíveis”), antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Sabe-se, igualmente, que alguns deles continuam praticando, até hoje, a deformação da história, ou seja, a negação sistemática de que tais fatos tenham ocorrido. Alguns países (talvez como forma de preservar a honra daqueles que assim sofreram) possuem inclusive leis contra os “negacionistas”, o que me parece uma contradição nos termos, ou seja, manifestamente anti-histórica, uma vez que argumentos contrários ao fato real do Holocausto deveriam ser respondidos com a simples exposição dos fatos, não com julgamentos em justiça. Negacionistas devem ser expostos ao ridículo de ter suas afirmações negadas pela verdade histórica, não dispor de um tribunal para convencer os já convencidos (eventualmente, alguns outros pobres de espírito, também).

Algo semelhante pode estar ocorrendo em relação à descrição e interpretação da história contemporânea, segundo o que se pode ler em artigos e ensaios publicados no Brasil dessa corrente filosófica que pretende revolucionar o mundo. A interpretação canônica dessa corrente a propósito da emergência e desenvolvimento da sociedade contemporânea é a de que o século XX começa com a revolução russa. Aliás, a seqüência completa começa com a Comuna de Paris, ainda no século XIX, e passa por todas as crises revolucionárias do século XX, nas quais os trabalhadores e seus aliados foram derrotados: Alemanha em 1918 e 1923, Espanha em 1937, França em 1945, Brasil em 1964, Chile em 1973, Portugal em 1975. Supõe-se, e esta parece ser a intenção e o desejo muito pouco secreto dos produtores desse cânone, que, em algum momento, os trabalhadores e seus aliados serão, finalmente, vitoriosos, armados daquelas mesmas idéias que justificam o cânone ideológico em questão.

A distorção dos processos históricos ocorridos no século XX é surpreendente. O século XX – quer tenha começado, ou não, em 1914, como pretendia Hobsbawm – conheceu, ao lado de enormes progressos da tecnologia, de avanços inegáveis nos processos produtivos – o que fez a produção bruta total ultrapassar vinte vezes o crescimento da população, superando assim o “fantasma malthusiano”, que “só” cresceu seis vezes – e de aperfeiçoamento de processos de democratização social e política, que se disseminaram e se aprofundaram no seu último terço, terríveis catástrofes e mortandades; desastres humanos amplos e inimagináveis (pelos padrões das guerras anteriores); morticínios inexplicáveis no quadro dos avanços culturais ou “civilizatórios” que tinham transformado certos países (a Alemanha, por exemplo). A maior parte desses processos pouco tem a ver com a “frequência das revoluções populares” como pretende a historiografia canônica de certos ideólogos. Em suma, o século XX, que o historiador alemão Karl Dietrich Bracher identifica como *Zeit der Ideologien*, justifica inteiramente o seu enquadramento no rótulo geral de “guerra do mundo”, que o historiador britânico Niall Ferguson utiliza em uma de suas obras mais recentes (*The War of the World*).

Uma recapitulação dos desastres políticos, fracassos econômicos, terremotos sociais e sofrimentos de grupos humanos inteiros deveria, necessariamente, incluir os seguintes episódios: a violação e o esquarteramento da China pelas potências ocidentais e pelo Japão (aliás desde meados do século XIX, mas intensificados brutalmente desde a guerra dos Boxers); a Primeira Guerra Mundial; a revolução bolchevique e a ascensão dos fascismos; a quebra de 1929, as crises financeiras e bancárias dos anos 1930, com a depressão generalizada, as reações protecionistas e dirigistas que se seguiram; as experiências concentracionárias do totalitarismo soviético e, depois das hecatombes humanas da Segunda Guerra Mundial, os surtos de fome epidêmica de massa produzidos pelas loucuras maoístas; os surtos inflacionários no imediato seguimento desses desastres econômicos; aumentos nos preços do petróleo, com a elevação das taxas de juros e do desemprego nas economias avançadas; a crise final e a implosão dos regimes de planejamento centralizado – com poucas exceções ainda “socialistas” – e todo o cortejo de redução dos padrões de vida nos países que fracassaram na transição ao capitalismo; a nova “peste negra” da Aids na África e em alguns outros continentes; finalmente, os excessos de endividamento e de irresponsabilidade fiscal em vários países em desenvolvimento, com as crises econômicas por vezes devastadoras por eles provocados.

Uma interpretação simplista, ou “determinista”, da história, como pretende o cânone ideológico, colocaria todos os desastres enunciados na conta do capitalismo, do

colonialismo, do imperialismo e do fascismo. Mais, o cânone insistiria em que, atualmente, “o capitalismo assume uma feição ainda mais sinistra do que no passado”, como leio, também, no mesmo livro no qual busquei o trecho acima transcrito. Não há sequer a tentativa de operar uma contabilidade comparativa com os dados efetivos que resultam dos desastres acumulados ao longo do século – humanos e materiais – pelos regimes que pertenceram e pertencem ao próprio cânone, que respondem, aliás, pelo próprio conceito assumido de forma irrestrita.

Como é possível operar tal manipulação histórica levando-se em conta todas as evidências já acumuladas pelos pesquisadores ao longo dos anos? Em termos de perdas humanas, a soma total das catástrofes é incalculável, ainda que ela se cifre em dezenas de milhões de mortos. Não é preciso recorrer ao *Livro Negro do Comunismo* (dirigido por Stéphane Courtois) ou a várias contabilidades nacionais conduzidas em pesquisas sérias (de historiadores como Robert Conquest) para atualizar a conta, pois ela será sempre parcial e incompleta. Existe a tendência, em certos círculos, a simplesmente recusar a contabilidade macabra dessa obra, por certo politicamente motivada (o que não impede que seus autores tenham trabalhado com base em estatísticas aferíveis por meio de arquivos e de censos demográficos oficiais). O imperialismo e o colonialismo dos países do Ocidente (e do Japão) provocaram, sim, milhões de mortos nos países tocados pelos fenômenos, assim como fomes epidêmicas, moléstias endêmicas, surtos virulentos – como a gripe espanhola – se encarregaram de completar esse quadro macabro de mortandades em volumes amazônicos.

A maior parte dos mortos, porém, pereceu em cataclismos auto-produzidos, e eles foram basicamente o resultados dos dois sistemas totalitários do século XX: os fascismos (em suas diversas modalidades) e o comunismo de tipo leninista, fabricado originalmente na Rússia bolchevique, depois exportado para outros países. O balanço das perdas humanas é provavelmente estarrecedor, com base numa vasta gama de trabalhos acumulados e que me dispense de citar pelo volume da literatura produzida a esse respeito. Mortes provocadas por enfrentamentos bélicos, bombardeios aéreos e toda a gama de *side-effects* de operações militares são plenamente compreensíveis na lógica das guerras totais que devastaram toda a Europa e grande parte da Ásia na “segunda guerra de Trinta Anos” a que o mundo assistiu entre 1914 e 1945. Menos compreensíveis são as mortes provocadas pela repressão direta de “kulaks”, “inimigos do povo”, “raças inferiores” e toda sorte de elementos indesejáveis do ponto de vista da lógica totalitária. Mais ainda estarrecedor é o imenso “gap” demográfico produzido pelo “grande salto para trás” no sucessor do antigo Império do Meio, para nada dizer dos retrocessos econômicos registrados numa pequena ilha do Caribe e num canto isolado da Ásia oriental.

Os poucos casos remanescentes (felizmente) de totalitarismos desse tipo – ainda existente em cantos recuados do planeta, tanto na sua forma leninista como em suas versões fascistas, às quais se agregou agora o terrorismo fundamentalista de extração islâmica radical – continuam (infelizmente) a provocar mortes “inúteis”, quase que por inércia, diríamos. O fato é que, a despeito de surtos ocasionais em teatros localizados (Balcãs, Oriente Médio), o mundo parece estar prestes a superar o seu século de horrores. Certamente, isto não se deve a que ele está próximo de superar a “barbárie capitalista”, como pretendiam os autores selecionados para transcrição. Como eles próprios reconhecem, o “neoliberalismo” avançou de modo “triumfal” e só um espírito malévolos conseguiria debitar os mortos da Aids e das guerras civis na África, do

terrorismo islâmico no Oriente Médio (e alhures) e os mortos de fome na Coréia do Norte na conta do “capitalismo conquistador”.

Em face dessas evidências, fica difícil concordar com esses autores em que a burguesia e o capitalismo tenham sido responsáveis por todos os desastres conhecidos num século XX muito longo em termos de matanças politicamente administradas, de gulags e campos de “reeducação”. Gostaria de atribuir esse tipo de interpretação a um simples desconhecimento da história, pois do contrário serei obrigado a acusar esses autores de desonestidade intelectual deliberada.

Será que é o caso? Mesmo na academia, que deveria se pautar pelo rigor da pesquisa? Não gostaria de concluir esta seção dizendo que os atuais militantes da causa verdadeira, os últimos crentes de uma missão “redentora” que tem cada vez menos adeptos ao redor do mundo, constituem uma espécie de “negacionistas” do totalitarismo, *Gulag deniers* de um novo tipo, cegos voluntários que se comprazem na escuridão do desconhecimento da história.

Quero crer que o cânone ideológico embotou de tal forma o “cérebro” desses representantes do novo *denial* que eles sequer percebem que já eram anacrônicos há várias décadas (mesmo sabendo que no Brasil as modas políticas são relativamente tardias em se implantarem, e mais tardias ainda a se desfazerem). A negação também se processa de maneira disfarçada, como tentativa de não atribuir muita importância a “desvios” de personalidades “equivocadas”: ou se silencia ou se minimizam os fatos.

Uma conclusão deste tipo me levaria a constatar que acadêmicos que deveriam ser responsáveis, certamente não estão honrando as tradições de pesquisa honesta e de busca responsável pelos fatos históricos que devem, supostamente, pautar os ásperos caminhos da ciência em direção de seus cimos luminosos, como diria alguém da tribo.

4. Ignorância econômica?

Independentemente, porém, de todo o cortejo de cadáveres e dos sofrimentos imensos acarretados por idéias liberticidas, desastres ainda mais incomensuráveis se escondem no terreno econômico, onde o produto mais típico das idéias equivocadas se situa, simplesmente, numa grande perda de oportunidades de se lograr crescimento econômico, de se obter bem estar e riqueza para largas massas de deserdados da sorte nos mais diversos cantos do globo. Nesse capítulo, o século XX não perdeu nenhuma oportunidade de perder oportunidades. O debate é conhecido e ele pode ser resumido na clássica dicotomia: planejamento centralizado ou liberdade de mercados.

Obviamente que esse grau de oposição econômica entre uma administração absolutamente centralizada e a total liberdade de mercados não se realizou, ou pelo menos não se encontra mais, em nenhuma sociedade observável, ainda que alguns insistam na perpetuação dos equívocos. A Coréia do Norte, por exemplo, é um museu vivo de todos os experimentos fracassados do planejamento centralizado no seu mais alto grau, um retrato perfeito do como poderia trabalhar o Gosplan na época áurea do stalinismo. Ninguém poderá dizer, nem mesmo o PCdoB, que a Coréia do Norte é um modelo aceitável de sociedade de consumo, assim como não parece ser o caso (mais conhecido, certamente, dos camaradas) da Cuba de Fidel. Tanto não é assim que essa ilha é o penúltimo exemplo conhecido de transição do socialismo ao capitalismo que se pode observar na economia contemporânea. Parodiando o clássico tango, se pode dizer a respeito do socialismo cubano: “Una sombra pronto serás...”

A trajetória individual dos países integrando a economia mundial é, por certo, muito diversa, segundo as modalidades de sistemas produtivos por eles “escolhidos”. Parece claro que nenhum povo “escolhe” o capitalismo, por vontade própria ou por indução de algum propagandista genial, numa assembléia de cidadãos. A verdade, para ser mais concreto, é a seguinte: o capitalismo não foi “inventado”, nem nunca foi sistematizado por nenhum cérebro humano, por mais genial que este fosse. Ele é o resultado de um processo impessoal, secular, quase que natural, de articulação das relações humanas e sociais, de formalização gradual das interações materiais (e até imateriais) entre pessoas e grupos, ou seja, das forças produtivas e das relações de produção, como diriam alguns aprendizes atentos.

O fato é que o sistema de mercado conhecido como capitalismo – na verdade, esse substantivo é um superlativo conceitual que possui uma enorme capacidade de aprisionar o debate em virtude da força literária de seu crítico mais genial – surge sem nenhum comando, sem direção e sem qualquer centro, ao longo de um lento processo de construção de instituições sociais que tomam forma a partir de elementos os mais diversos, entre os quais poderíamos incluir: as idéias de liberdade dos gregos, as noções de propriedade individual e de respeito aos contratos, como formalizadas no direito romano, o próprio conceito de cidadão (essencialmente romano, também), enfim, um conjunto de *constructos* sociais que foram tomando forma, pela primeira vez, na Europa ocidental em plena Idade Média (creio que posso dispensar, aqui, a necessidade de citar as obras mais conhecidas do sociólogo alemão Max Weber, aliás um grande leitor de Marx).

Nesse sentido, o “velho” capitalismo é diferente de qualquer outro sistema ou regime inventado pela mão ou cérebro humano. Aliás, falar em “capitalismo” é quase tão errado quanto falar de um único socialismo, com o que concordariam os detratores mais ferozes do primeiro sistema e os defensores mais entusiasmados do segundo. Na verdade, existem tantos capitalismos quanto são diversas as modalidades de interação social; a maior parte delas mediadas pelo Estado, que em alguns casos age de forma condizente com princípios de liberdade dos mercados (como na Inglaterra, digamos), enquanto em outros casos ele atua de maneira mais limitativa a essa liberdade (como na França, talvez, ou, por exemplo, no Brasil).

Os outros sistemas sociais (e eles merecem, mais ainda que o capitalismo, esse conceito de sistema) é que foram criados, inventados, desenhados pelos homens, alguns espíritos geniais e generosos, talvez, em todo caso, candidatos a engenheiros sociais que pretendiam consertar, melhorar, tornar mais “justa” a sociedade. São esses sistemas, todos mais ou menos limitativos da liberdade de empreender, todos eles procurando canalizar o mercado e as “paixões” dos homens, que são, na verdade, anti-mercado, antes até de serem anti-capitalistas. Já tratei suficientemente bem, em outros escritos, desses equívocos de percepção entre capitalismo e mercado para aprofundar neste momento a análise neste particular (ver meu artigo [“A cultura da esquerda – Sete pecados dialéticos que atrapalham seu desenvolvimento”, Espaço Acadêmico, n. 47, abril de 2005](#)).

Pois bem, a despeito do grau de simplificação envolvido nesse tipo de análise superficial, a distinção básica que existe, tanto na teoria, quanto na economia prática, remete, obviamente, à dicotomia básica entre os sistemas predominantemente guiados pelas forças do mercado e as economias dotadas de algum tipo de gestão estatal. Estas podem significar níveis variáveis de estatização (ou de “coletivização”) e, até mesmo, o

planejamento centralizado ao estilo soviético (que já não existe em lugar nenhum, a não ser na cabeça de alguns acadêmicos embalsamados).

Qualquer acadêmico honesto, que contemple o mundo realmente existente, poderá constatar o desempenho relativo – traduzido em renda, bem estar, esperança de vida, disponibilidade de bens materiais e intangíveis – dos sistemas funcionando nesse mesmo mundo e que produziram os resultados visíveis em termos de bens, serviços, realizações espirituais e ofertas materiais. Não é preciso ser economista para constatar como funcionam, ou não, os diversos modos de se organizar socialmente a produção e a distribuição de bens. Seria ocioso citar aqui alguns números.

Tampouco seria preciso esperar muito tempo (digamos, oitenta anos) para constatar como não funcionou o regime produtivo que prometia libertar a humanidade da “anarquia” da produção capitalista, da exploração do homem pelo homem, enfim, das crises recorrentes de superprodução – aliás, mais interessantes do que a situação constante de penúria visivelmente criada pelos planejadores do Gosplan – e da destruição dos laços sociais pela constante acumulação de riqueza, de um lado, e pelo crescimento da miséria, de outro. Teria sido possível poupar perdas econômicas e muita penúria se os engenheiros sociais tivessem lido, desde 1920, um pequeno panfleto que demonstrava, cabalmente, que o sistema soviético não poderia funcionar.

Pois foi em 1920 que Ludwig Von Mises, um jovem economista da Áustria, publicou um pequeno trabalho cujo título já era uma contradição nos termos: [O cálculo econômico na comunidade socialista](#). Na verdade, a obra deixa totalmente claro que esse cálculo era impossível, pela simples razão que a ausência de um sistema de preços, atribuindo valores diferenciados a bens segundo a sua escassez relativa, tornava impossível uma organização racional (para não dizer eficiente) da produção e da distribuição. Não creio que seja preciso ir mais adiante em matéria de doutrina e de prática econômica do que esse simples panfleto que passou quase que inteiramente despercebido de tantas vocações generosas, ocupadas em “melhor” organizar sistemas “perfeitos” de produção e distribuição.

Fazendo agora um grande salto, de 1920 aos nossos tempos de globalização, não parecem existir organizações ou idéias tão generosamente equivocadas quanto as que se abrigam no chamado movimento dito “altermundialista”, mais vulgarmente conhecido como antiglobalizador. Todas, literalmente todas, as propostas avançadas pelos promotores desse movimento para combater a globalização capitalista e propor um mundo mais solidário, mais humano e mais justo, são rigorosamente irracionais e suscetíveis de criar mais miséria, mais pobreza, mais injustiça no mundo do que os problemas atualmente existentes no regime de “capitalismo assimétrico”. Tampouco pretendo voltar a demonstrar todos os equívocos e inconsistências do movimento antiglobalizador, já amplamente discutidos em textos anteriores (ver, entre outros: [“A globalização e seus descontentes: um roteiro sintético dos equívocos”](#), *Espaço Acadêmico*, n. 61, junho de 2006; [“Ocaso de uma utopia?: objetivos nobres e vacuidade de idéias no Fórum Social Mundial”](#), *Espaço Acadêmico*, n. 69, fevereiro de 2007).

Em conclusão, a única constatação possível de ser feita quando se está em face de uma repetição de tantas propostas fracassadas no terreno econômico, já testadas nos laboratórios da história e reconhecidamente incapazes de criar empregos, renda e bem estar, mas que insistem em ocupar espaço nas agendas de “reforma social”, é que seus propositores são tão ignorantes em matéria econômica quanto são inocentes ou ingênuos

na leitura de lições história. Aliás, já tínhamos visto que o conhecimento da história não é exatamente uma virtude cultivada em certos meios acadêmicos.

5. Auto-engano deliberado

Acadêmicos do tipo que venho aqui analisando aqui se consideram uma espécie de resistentes ao que eles chamam de “pensamento único”, militantes de uma causa que pretende questionar as idéias hegemônicas, ou seja, os grupos e classes dominantes, locais ou internacionais, que se locupletam com todas as formas de hierarquia social, cultural, política e econômica. Eles até acreditam que vêm lutando por um espaço acadêmico alternativo de política cultural e de debate em favor da resistência contra-hegemônica e de proposta de uma nova hegemonia que representa politicamente as concepções anticapitalistas e democrático-populares.

Dito assim, parece que eles vivem acucados em redutos acadêmicos, cercados por uma horda de bárbaros capitalistas que procuram esterilizá-los em sua vocação de propagandistas de um novo evangelho da libertação social. Creio que essa imagem é profundamente falsa, pelas mesmas razões que já serviram de argumentos ao autor da *Ideologia Alemã*. Esses argumentos se referem ao poder das idéias.

Não pretendo parafrasear ninguém, mas lembro-me de ter lido em algum lugar, cuja referência exata não preciso citar para acadêmicos tão versados na palavra sagrada, que as idéias da classe dominante são as idéias dominantes. Ou seja, as idéias de uma determinada elite, em certas instituições específicas, determinam, quase que mecanicamente segundo alguns, como irão pensar ou se comportar tais instituições. Não creio estar errado ao interpretar assim as idéias de um profeta apreciado.

Se bem me lembro, o autor da frase em questão imaginava que, pouco a pouco, as idéias não dominantes iriam ganhar espaço no seu próprio meio, no resto da sociedade, no conjunto das instituições sociais, pela própria força do seu número, do valor das suas idéias, da verdade de suas propostas e da justeza de sua emergência enquanto classe social. Isto também se ajusta ao que disse, anos mais tarde, um conhecido seguidor italiano, que se referia a idéias contra-hegemônicas, que pouco a pouco ganham força na sociedade (ou talvez na academia) e acabam deslocando velhas idéias que já não mais se ajustam aos requerimentos da sociedade.

Pois bem: isto vem totalmente a calhar no que se refere às idéias dominantes das “elites” da academia. Todos sabem quais são essas idéias e sabem que elas são absolutamente dominantes em certos departamentos e institutos de “pesquisa”. Como determinados grupos, e determinadas elites, conformam o que se poderia chamar de grupo dominante, é notório que os acadêmicos aos quais me estou referindo tendem a moldar o pensamento nessas instâncias, a ponto de constituir uma verdadeira ditadura ideológica. Acredito que este seja exatamente o caso de algumas igrejas, ou seitas, em situação de poder em certas academias, atualmente.

Trata-se, portanto, de um grande equívoco imaginar que os acadêmicos aqui referidos estejam conduzindo um combate de resistência contra um inimigo poderoso – que seria o capitalismo globalizado e suas forças nacionais – e que o seu trabalho didático se dá em condições de desigualdade material e ideológica. Creio que se trata exatamente do contrário: eles já estão no poder, pelo menos em seus pequenos grupos, e podem continuar a disseminar tranquilamente suas idéias emboloradas, inclusive porque a platéia é passiva e complacente com mestres tão devotados às suas causas.

Se os próprios acadêmicos acreditam no conto da carochinha de que estão combatendo “idéias hegemônicas”, trata-se de um auto-engano deliberado: as idéias hegemônicas já são as deles, pelo menos nas academias de que estou tratando. É um fato notório (aliás, é um argumento usado por muitos acadêmicos), que o Brasil é um país de desenvolvimento tardio igualmente no terreno das idéias, que aparentemente estariam aqui “fora do lugar”. Eu também acho, e creio que isso se aplica mais do tudo ao próprio campo das idéias defendidas por certos acadêmicos, quaisquer que sejam elas. Como tudo aqui é tardio, demorará um pouco mais para que esses acadêmicos atrasados se coloquem no compasso do mundo, antes de tudo se abrir às realidades que nos vêm com a globalização, às obras de pesquisa histórica não determinista, às doutrinas econômicas um pouco menos canhestras que a teoria da mais-valia, enfim, a tudo aquilo que representa progresso mental e abertura de pensamento.

A miséria atual da academia não é uma fatalidade que vai corroer eternamente nossas universidades públicas (e privadas, também). Pouco a pouco, alunos espertos e mentes inteligentes, que conhecem pela internet o que vai pelo mundo, vão começar a achar estranhos esses mestres que falam de um mundo que não existe, de teorias que não encontram aplicação no mundo real, de misérias que só existem na cabeça de uns poucos espíritos deslocados por leituras equivocadas e doutrinas ultrapassadas. Talvez demore um pouco mais, já que o Brasil é um “capitalismo tardio”, cheio de problemas e contradições de classe, que se bate ainda contra o imperialismo opressor e os velhos inimigos do povo, que são os latifundiários – hoje reciclados no agronegócio – e seus aliados da burguesia industrial. Esses acadêmicos de mente estreita acreditam que voltamos aos canaviais do século XVI, apenas que ligados agora à bolsa de Chicago: seríamos modernos, mas “periféricos”.

Eles não conseguem pensar fora dos quadros mentais nos quais se formaram, nos mesmos textos acadêmicos que lêem incansavelmente há décadas e que se movem no mesmo espaço circular de suas verdades reveladas. Eles são acadêmicos alienados (como diríamos nos anos 1960): eles não conseguem explicar o mundo, ou sequer entendê-lo; possuem uma ignorância abismal em matéria econômica e um enorme preconceito contra os mercados; buscam refúgio em teorias ultrapassadas; aderem ao escapismo da realidade; possuem forte autismo político, alimentam uma esquizofrenia geopolítica típica dos tempos da Guerra Fria e praticam o tribalismo ideológico, ou seja, só convivem com quem ostenta as mesmas idéias que eles; praticam uma leitura equivocada dos dados da realidade econômica e se comprazem no auto-engano quanto às forças sociais relevantes que irão “libertar” o Brasil de séculos de atraso.

Talvez demore um pouco, de fato, mas a miséria acadêmica um dia vem abaixo, e com ela o castelo de cartas que acadêmicos alienados insistem em construir nos seus redutos exclusivos e excludentes. Parafraseando Mário de Andrade: a gente acaba progredindo, que o progresso também é uma fatalidade...

Nota final: Este ensaio não deveria existir; aliás, eu não tinha sequer a intenção de escrevê-lo, assim como o artigo imediatamente anterior, [“Manifesto Comunista, ou quase...”](#) (*Espaço Acadêmico*, n. 85, junho de 2008), que por sua vez comentava, sem menções pessoais, ataques surpreendentemente raivosos após a publicação de uma resenha minha: [“Marxistas totalmente contornáveis”](#) (*Espaço Acadêmico*, n. 84, maio de 2008). Descarto querelas pessoais; sequer pretendo responder aos que me têm atacado de maneira tão vulgar quanto risível: aqueles que assim procedem, provavelmente não

conseguem discutir sequer o mérito de meus argumentos; apenas chamam à censura, à lapidação pública, à exclusão deste veículo que, por princípio, está totalmente aberto à liberdade de opinião. O que posso fazer é persistir na mesma postura aqui seguida desde 2001: conduzir um debate de idéias. Adoto este procedimento igualmente neste momento, através de uma digressão que tem a ver apenas com questões de princípios.